



Agroecologia e Educação do Campo: a experiência da Escola do Campo Florestan Fernandes no Assentamento Santana – Monsenhor Tabosa /CE

Ivanete Ferreira Fernandes¹; Ivana Leila Carvalho Fernandes²; Celecina de Maria Veras Sales³; Maria Euzimar Pereira dos Santos⁴.

¹Graduada em Pedagogia – Universidade Federal do Ceará, Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – (UFC), Especialização em Gestão e Avaliação da Escola Pública.(UFJF). E-mail: yvonete.ferreira@gmail.com; ²Graduada em Economia Doméstica (UFC), Licenciada em Pedagogia (UVA), Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFC), Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC), Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Membro da equipe gestora do Programa Residência Agrária da UFC. Email: ivanaleilac@yahoo.com.br; ³Graduada em Serviço Social (UFMA), Mestre em Sociologia (UFC), Doutora em Educação (UFC). Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: celecina@gmail.com; ⁴Graduada em Pedagogia (UFC), Especialista em Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável e Educação do Campo(UFC) Email: euzimarpereira@gmail.com.

Resumo: A articulação entre educação do campo e agroecologia foi o foco deste estudo, que teve como principal objetivo analisar as contribuições da Escola do Campo de Ensino Médio Florestan Fernandes no processo de transição agroecológica do Assentamento Santana, situado no município de Monsenhor Tabosa, no Ceará. Tomou-se como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico e o campo experimental da Escola do Campo Florestan Fernandes. Utilizou-se de observação participante a partir de uma análise qualitativa, bem como de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e registro de imagens. Percebeu-se que há uma íntima relação entre a proposta de Educação do Campo e a Agroecologia presentes no currículo da Escola. Assim, a investigação possibilitou visualizar diversas ações da escola e práticas sociais das famílias assentadas que caminham para um processo de transição compreendido como dinâmico e complexo.

Palavras Chave: Transição Agroecológica; Escola do Campo; Assentamento.

1. Introdução

O movimento da educação do campo se configura como uma luta dos movimentos sociais, sindicais e da educação popular pela superação do desafio de assegurar aos(às) camponeses(as) o



direito universal à educação e na luta pela produção dos camponeses por alimentos limpos e acessíveis para todos os povos. Os camponeses têm lutado contra a precariedade física e pedagógica das escolas, bem como pela política de extinção das mesmas. Um exemplo disso ocorre no Assentamento Santana, situado no município de Monsenhor Tabosa, no Ceará, a uma distância de 380 km da cidade de Fortaleza e que possui área de 3.213,47 ha. É uma experiência que se iniciou em 1987, fruto da luta para criar condições concretas de superação da pobreza na qual viviam os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desse modo, após a conquista da terra, os assentados conseguiram transformá-la em espaço fecundo de vida, história e realizações. Nessa perspectiva, este território germinou sonhos, lutas, convicções e, sobretudo, transformação do que antes era do patrão e agora se tornou terra de todos(as), dos oprimidos, marginalizados, sem-terra e principalmente dos sujeitos plenos de vida, de história, de conhecimentos e direitos.

Ressalta-se que diante de muitas demandas, um dos maiores anseios do assentamento correspondia ao acesso à educação, que contemplasse as perspectivas e necessidades dos sujeitos camponeses e que trilhasse caminhos para a vida no campo com dignidade.

Diante das lutas do Assentamento Santana, no ano de 2011 foi conquistada a Escola Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes. A Escola foi construída com base nos princípios da Educação do Campo, pois nasceu de um intenso processo de lutas e mobilizações sociais dos povos camponeses por acesso a condições dignas e justas de usufruto da educação pública. Essas lutas intencionaram o reconhecimento de seus locais de referência/luta e da identidade camponesa, decorrentes principalmente da articulação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que tem empreendido grandes esforços na luta pelo acesso à terra e nesta a materialização efetiva dos demais direitos sociais, como trabalho, geração de renda, educação, saúde, cultura, entre outros.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar as contribuições da Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes em relação ao processo de transição agroecológica no Assentamento Santana – Monsenhor Tabosa/CE. Os objetivos específicos foram: Analisar as possíveis relações conceituais entre educação do campo e agroecologia; Identificar a perspectiva agroecológica no currículo da Escola Florestan Fernandes; Mapear as práticas agroecológicas existentes no Assentamento Santana e



analisar as possíveis contribuições da Escola Florestan Fernandes ao Assentamento. Foram traçadas estratégias metodológicas para o alcance destes objetivos, descritas no decorrer deste trabalho.

2. Metodologia

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada é de cunho qualitativo, considerando uma alternativa para a compreensão dos significados que os educandos(as), educadores(as), famílias e assentados(as) atribuem à experiência da Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes no processo de transformação de novas práticas agroecológicas no cotidiano de suas vidas. Assim, a pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2006), visa à mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica estudada. Desse modo, o estudo compreende que a comunidade deve participar da produção desse conhecimento e tomar “posse” dele.

Nesse sentido, foram desenvolvidas algumas estratégias por meio de instrumentos metodológicos, como destaca Triviños (1987, p. 138), “todas as técnicas e métodos de coleta e análise de dados exigem o que não ocorre na pesquisa quantitativa: atenção especial ao informante, ao mesmo observador e às anotações de campo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

3. Agroecologia no contexto da Educação do Campo

A agroecologia é uma ciência dialética mais do que um conceito¹, busca transformar a agricultura vigente, mudar a estrutura fundiária e o modelo agroquímico para outra proposta de posse da terra mais equânime e de produção de base ecológica. É axiomática a construção de um projeto estratégico para o campo brasileiro, a partir dos camponeses e numa direção mais racional para a produção de alimentos limpos. Os camponeses serão os sujeitos do processo. São eles quem estão dia a

1 Conforme o Dicionário da Educação do Campo, o uso do termo agroecologia se popularizou nos anos de 1980, a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen Gliessman ambos pesquisadores de universidades estadunidenses e atualmente considerados os principais expoentes da “vertente americana” da agroecologia (GUBUR E TONÁ, 2002, p. 59).



dia na prática de atividades do processo produtivo incorporando novo saberes (COOPERFUMOS, 2009).

Para Carvalho (2005), os(as) camponeses(as) são sujeitos da história na afirmação e ressignificação de identidades, a partir de um conjunto de elementos que demarcam o sentimento de pertencimento dos sujeitos que nele habitam e constroem seu modo de vida a partir das relações que estabelecem com o meio natural e social. Na resistência popular das famílias camponesas, na cooperação agrícola, na integração de tecnologias que respeitem a natureza, no cuidado com as sementes, na diversificação da produção de alimentos e de um projeto de educação do campo vinculado a uma proposta popular, suas bandeiras de luta e sua construção.

É nesse contexto que Agroecologia se entrelaça com a Educação do Campo, porque ambas têm raízes nas lutas para construir outro projeto para o campo na defesa da Agricultura Familiar Camponesa, o que se contrapõe ao projeto neoliberal. A agroecologia não é um projeto que se faz *por si*, é necessário aliar-se às práticas populares, à inovação tecnológica e educacional, a partir dos sonhos e das lutas dos camponeses. Como afirma Caldart et al (2002):

A educação do campo se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos. O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver, diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (p. 30).

Esses diferentes jeitos de olhar e refletir desempenham papel determinante na luta pelos direitos no acesso à terra agricultável, água, crédito, saúde, educação e moradia atendendo às reais necessidades dos(as) camponeses(as). A esperança dos camponeses não tem raízes nas poesias e delírio; mas sim na convicção de que o campo é um lugar de vida e, sobretudo, na luta e defesa das diversidades dos cultivos, aumento da biodiversidade, tratamentos alternativos aos agrotóxicos, no novo modo de viver e



lidar com a natureza, reprodução camponesa e na soberania dos povos e nações. Estes paradigmas concebem dois projetos para o campo brasileiro em disputa: agroecologia e agronegócio.

O agronegócio eclode no Brasil com a introdução do pacote da revolução verde pós-guerra, que surgiu com o pressuposto de “saciar” a fome do mundo, através do uso das sementes “melhoradas-tratadas”, agrotóxicos (fertilizantes sintéticos, inseticidas, herbicidas, fungicidas, dentre outros), mecanização pesada e irrigação, que trouxe consequências extremamente negativas, em especial para o semiárido brasileiro. Podemos citar algumas delas, tais como a perda da diversidade genética, a mudança de hábitos alimentares tradicionais, a salinização do solo e a intoxicação de agricultores(as). De acordo com Machado e Machado Filho (2014):

[...] como um método, um processo de produção agrícola-animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (p. 36).

O agronegócio tem efeitos e consequências negativas e graves, desde a introdução do pacote tecnológico gerando a aceleração da perda de diversidade genética (erosão genética) e da autonomia dos(as) agricultores(as) com relação ao tempo de plantar e do que plantar. Em face dessa realidade, os camponeses têm enfrentado o desafio de defender a soberania alimentar e sementes como patrimônio da humanidade. Em função do agronegócio, da agricultura industrial, das transnacionais, as sementes passam a ser mercadorias, a concentração da propriedade privada da terra aumenta, bem como a destruição ambiental pelo grande consumo de agrotóxicos e desmatamento da monocultura extensiva que impôs a ideologia de mercado e do “progresso”, o que causou o êxodo rural e erosão rural e econômica e que culminou no empobrecimento dos camponeses (COOPERFUMOS, 2009).

No que tange esses princípios, é fundamental valorizar e resgatar experiências tradicionais como a guarda de sementes e a produção consorciada. Dentre essas culturas se destaca a mandioca, milho e feijão para a alimentação tradicional. É uma das características marcantes do sistema tradicional na qual se perpetua até os dias atuais um alto índice de biodiversidade e policultivo,



impulsionando um processo histórico de aprendizado entre os saberes dos ancestrais e “novos” saberes, que se mesclam e se transformam.

4. Proposta curricular da Escola e suas possíveis contribuições para o processo de transição agroecológica no Assentamento Santana

A proposta política pedagógica da Escola Florestan Fernandes foi construída a partir das reais necessidades das famílias assentadas, tendo o trabalho como princípio educativo. As práticas pedagógicas vêm ousando acompanhar os anseios e lutas da classe trabalhadora para construir um processo de formação que contribua principalmente para emancipação humana, desvelando processos de exploração, tendo como foco a intervenção na realidade.

Ao analisar o currículo escolar é explícito quais sujeitos a proposta da escola quer formar. Percebe-se que a intencionalidade e os esforços se voltam para os aprendizados formativos e conhecimentos adquiridos pelos educandos, principalmente no processo simultâneo da transformação individual e na autotransformação humana. O desafio é conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, uma formação para enfrentar as lutas do dia a dia em defesa da resistência camponesa e somar com as experiências de agroecologia por esse Brasil a fora, impulsionando um novo projeto para o campo.

Há uma íntima relação entre a proposta de Educação do Campo e Agroecologia presentes no currículo da Escola. Tendo em vista a discussão acerca do comprometimento social com a proposta pedagógica que retroalimenta a importância de uma pedagogia formadora de sujeitos construtores do futuro, ressalta a necessidade de assegurar mecanismos que permitam a articulação da escola com a manifestação de mobilização e autoconsciência com um possível processo de transição agroecológica, garantindo que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias seja incluída como conteúdo de estudo e destacando a importância de promover a organização coletiva de forma solidária e nos termos do cooperativismo.



Partindo do pressuposto que é possível e urgente a autoconsciência dos educandos, consta na matriz curricular da escola o inventário da realidade, na qual é vinculado o trabalho pedagógico com os conhecimentos de cada componente curricular, agrupados por áreas (linguagens e códigos, ciências da natureza, matemática, ciências humanas e sociais, ciências agrárias), como parte da educação básica na perspectiva integral e unitária. Nesta proposta, o trabalho é um princípio educativo centrado na educação tecnológica, com ênfase nas tecnologias de convivência com o semiárido. Neste aspecto, a pesquisa como estratégia pedagógica é fundamental para a integração curricular na relação entre teoria e prática.

O tempo integral proposto no cerne do currículo da Escola acontece duas vezes semanalmente, por série e turma, direcionado aos educandos do Ensino Médio Regular, exceto a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Médio, que não participa do tempo integral.

A rotina estabelecida na escola é uma construção diária e coletiva dos sujeitos que participam do processo educativo. As atividades realizadas processualmente atendem a questões e contextos sinalizados nos tempos educativos da proposta Política e Pedagógica da Escola, como: tempo lazer, tempo trabalho, tempo pesquisa, tempo estudo, organicidade, mística, entre outros. Desta maneira geram-se relações orgânicas de sustentação de uma proposta erguida por assentados, assentadas, educadores, educadoras, educandos e educandas da reforma agrária. Para o engenheiro agrônomo da escola “o principal entrave na nossa escola é a escassez de água para produção, o assentamento onde fica situado a escola chegou à iminência de um colapso”, mas conseguiram uma máquina para reativar um poço para abastecimento da comunidade. A escola possui um poço que está com o nível baixo (causando problemas na bomba frequentemente) e cuja qualidade da água não é indicada para irrigação devido ao alto índice de salinidade.

Trata-se, portanto, de um contexto privilegiado para as proposições de pesquisas para desenvolver técnicas de convivência com o semiárido, pesquisas e experimentos utilizando as vivências e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos, como por exemplo o uso de água salina na agricultura, estocagem de alimentos e captação de água da chuva. Há também ações e intencionalidade de práticas pedagógicas que valorizam a igualdade de gênero e a reprodução do Assentamento. Nas rodas de



conversas com os educadores os mesmos destacaram que todos(as) educandos(as) são envolvidos nas atividades durante a permanência na Escola, além de atividades que ultrapassam os “muros” da instituição. Segundo relatos dos educadores, a princípio foram encontradas resistências de pais e educandos que não concordavam com as práticas do dia a dia da escola. As orientações da escola eram que todos(as) deveriam realizar tarefas fora da sala de aula, a exemplo: limpeza do refeitório, lavagem da louça, atividades práticas no campo experimental e participassem de todos os tempos educativos proporcionados pela Escola. E caso não cumprissem, assumiriam as penalidades que eles mesmos ajudaram a construir.

Alguns registros da Escola apontam que pais propuseram que as atividades ligadas à roça fossem realizadas pelos homens, caberia às meninas as observações do trabalho realizado por eles. Ainda nesse contexto alguns estudantes resistiram inicialmente às atividades ligadas ao trabalho doméstico. Essa situação é um exemplo do pensamento rotineiro construído historicamente, o que é “coisa” de homem e de mulher. Para Arroyo, Molina e Caldart (2004):

Não se pode impor a uma pessoa a consciência da necessidade de aprender, embora se possa pressionar as circunstâncias capazes de gerá-la. Um dos grandes desafios do coletivo dos educadores é organizar ambiente educativo de modo que o coletivo seja pressionado a querer se educar, para que então o próprio coletivo seja a pressão positiva e educativa sobre cada pessoa (p. 128).

Com o tempo, foram sugeridos diálogos e ações que refletiam sobre a realidade, posturas, comportamentos, jeitos e pensamentos dos sujeitos envolvidos no processo educativo. De maneira dialógica foram realizadas reuniões com os pais para discutir sobre as atividades do dia a dia e relações de gênero. Segundo os relatos do Educador 02 foi uma abordagem um pouco difícil, porque implicava refletir sobre relações que são consideradas naturais há muito tempo, já que envolve a divisão de papéis entre homens e mulheres. Com pulso firme o coletivo de educadores e gestão discutiu com os pais a importância dos meninos e meninas desenvolverem as mesmas atividades, no sentido de construir e renovar outros valores que almejem a recriação de práticas de intercâmbios com a natureza e a reprodução dos(as) camponeses(as). Assim os pais compreenderam a intencionalidade da escola e concordaram com a proposta.



No que diz respeito ao processo orgânico, os educadores organizaram educandos(as) em Núcleos de Base onde as tarefas são realizadas, considerando as relações de gênero. Para isso foi necessário que eles vivenciassem e participassem dessa experiência também na prática. A intencionalidade é educá-los(as) coletivamente na tentativa de quebrar o que sustenta as diferenças que se manifestam nos papéis sociais, na divisão do trabalho.

Para que a Proposta pedagógica da Escola fortaleça a Educação do Campo como mediadora da identidade camponesa é preciso que os educadores, educandos e famílias procurem cada vez mais participar da vida da escola desde a construção, ao processo de execução do Projeto Político Pedagógico, fortalecendo o vínculo com o trabalho e a terra, possibilitando condições de acompanhar os educandos nas atividades propostas e consolidando a Educação do Campo como um dos instrumentos para o fortalecimento e consolidação da reforma agrária no Brasil (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004).

É relevante também a intencionalidade dos(as) educadores(as) de fazer com que os(as) educandos(as) desenvolvam a capacidade de interpretar e buscar conhecimentos para transformar a dura realidade que estão vivendo há mais de três anos com a escassez de água, enfrentando os desafios da convivência com o semiárido. A proposta da Escola não descola da luta pela sobrevivência e existência dos camponeses. De modo que há uma preocupação constante da escola em relação a esse desafio. A fala de um dos sujeitos inseridos nesse processo revela um pensamento coletivo:

Estamos construindo e trabalhando na escola algumas técnicas produtivas adequadas para a nossa região. Já que nesse ano de 2015 vivenciando mais um ano de seca. Devido à seca hoje, estamos enfrentando vários problemas em relação à água (Educadora 04).

As atividades que estão sendo desenvolvidas e projetadas no campo experimental são: área de recuperação de solo; cordões de pedra; terraço, raleamento; rebaixamento e enriquecimento da caatinga; capineiro; banco de proteína; fruticultura; palma forrageira; cisternas; mandala; reflorestamento, biodigestor. Algumas atividades que necessitam de água começaram a ser desenvolvidas, mas não tiveram êxito. A Escola já iniciou sua implementação no contexto da escassez



de água. Compreende-se que é um desafio para a escola desenvolver pesquisas e construir conhecimentos importantes para melhoria da qualidade de vida da população do assentamento e consequentemente do campo.

5. Escola: os desafios enfrentados e contribuições no processo de transição agroecológica

Aproximando-se do ponto de vista dos assentados(as), educadores(as), educandos(as) e gestão escolar no desejo e na luta para materializar a proposta pedagógica da Escola Florestan Fernandes, percebeu-se que há vários desafios postos para esses sujeitos.

No entanto, algumas ações vêm aproximando escola e comunidade através do diálogo com os saberes, valores, crenças e experiência dos sujeitos, tornando complexas algumas ações pedagógicas que desafiam esses sujeitos cotidianamente. A escola, mesmo enfrentando algumas dificuldades, tem tentado integrar tempos e espaços de vivência escolar e vivência comunitária.

Algumas ações têm apontado para o fortalecimento da luta dos povos camponeses na tentativa de refletir e traçar estratégias para viver no campo com vida digna. Há três anos a escola vem organizando seminários de Agroecologia e Convivência com o Semiárido. De acordo com uma entrevistada: “a intencionalidade é apresentar e discutir experiência de convivência com semiárido para trilhar novos caminhos e avançar em novas descobertas, construção e implementação de tecnologias sociais adaptadas ao semiárido” (EDUCADOR, 2014). Além disso, tem primado por intercâmbios e a integração de saberes com outras experiências, aulas de campo, pesquisas e feiras de trocas solidárias, uma prática preconizada da escola.

Cabe destacar aqui alguns dos projetos desenvolvidos pela Escola Florestan Fernandes:

- Projeto Sacola retornável

É um projeto de caráter social com foco na sustentabilidade do meio ambiente, visando criar um exemplo de ambiente saudável e embelezado para a interação entre as famílias assentadas e a natureza. O projeto foi desenvolvido pela bodega comunitária do Assentamento Santana, em parceria com a Escola Estadual Florestan Fernandes. O Assentamento Santana vinha sendo afetado pela poluição



ambiental tendo como fator principal o uso excessivo de sacolas plásticas jogadas nas ruas do assentamento. Nesse sentido, eclodiu a ideia de criar e impulsionar ações que viessem contribuir com a sensibilização das famílias para a redução do consumo de sacolas plásticas e adoção do uso de sacolas retornáveis.

- Freira Circular da Agricultura Familiar

O Projeto **Feira Circular** da Agricultura Familiar do município de Monsenhor Tabosa se constitui numa estratégia idealizada pela Coopágua, Escola Florestan Fernandes e Associação Arte e Vida Camponesa. Para essas organizações, a feira é um espaço que culmina no instrumento de mobilização e articulação para avançar na segurança alimentar das famílias. “A feira acontece desde 2012 e tem proporcionado espaço de comercialização, formação, articulação e divulgação das experiências de produção dos 12 assentamentos e comunidades de Monsenhor Tabosa” (representante da cooperativa, 2014). Essa proposta de Feira Circular partiu da necessidade de mobilizar, articular e fortalecer as iniciativas e experiências de produção e comercialização da região próxima ao Assentamento Santana. É válido assinalar que faz dois anos que acontece no Assentamento Santana e a ideia é que circule em todos os 12 assentamentos que fazem parte desse município.

- Projeto Jovem do Campo – PJC

O Projeto Jovem do Campo é uma atividade de pesquisa vinculada ao componente curricular Projetos, Estudos e Pesquisas. Enquanto processo de produção e socialização do conhecimento e com o intuito de possibilitar que os educandos se apropriem dos fundamentos e métodos de iniciação científica, a partir da investigação de problemáticas vivenciadas no cotidiano e articulando teoria e prática, visa o desenvolvimento de técnicas para melhorar a convivência com o semiárido e a vida no campo e também da formulação de estratégia e intervenção no contexto e dinâmica social. Em entrevista, uma educanda assinala que “os conhecimentos apreendidos na escola tanto contribuem na minha formação pessoal, como no processo produtivo e alimentar da minha família”. É clara a intencionalidade da estudante que a escolha do Trabalho de Conclusão do Curso do Projeto Jovem do Campo (PJC) seja sobre a Produção de hortaliças para o consumo familiar.



- Campanha em defesa das sementes crioulas: sistema volante de sementes

A escola tem promovido também campanha em defesa da fauna e da flora local e das sementes crioulas e nativas. Essa ação culminou em coleta e armazenamento de sementes, constituindo a Casa de Sementes Chico Mendes, que funcionará como um sistema volante para cuidar e multiplicar sementes (EDUCANDO 01).

6. Considerações finais

A partir do estudo e das reflexões realizadas junto à Escola do Campo de Ensino Médio Florestan Fernandes foi possível perceber que o Assentamento Santana apresenta condições favoráveis para o processo de transição agroecológica, tendo em vista o rico tecido social que confirma o potencial significativo de transformação da natureza no Assentamento e as contribuições direcionadas da escola ao processo consciente de transição. Ficou claro que carece de articulação com projetos, programas e ações capazes de animar e fortalecer o processo.

Assim, a investigação possibilitou visualizar diversas ações e práticas sociais que caminham para um processo de transição compreendido como lento e complexo. O modo de vida dos assentados(as) desde a criação do Assentamento corresponde ao uso da terra de forma coletiva com produção mista. Mantêm raízes e laços de solidariedade, sonhos e lutas em defesa da terra como patrimônio de todos(as). Além disso, a vivência em comunidade e formas de lidar e cuidar da terra vêm marcando as relações de sociabilidade no assentamento.

Em suma, a luta por escola nunca se descolou da luta pela resistência e sobrevivência das famílias assentadas. Nesta direção e dimensão foi possível perceber que as famílias vêm resistindo e retroalimentando as convicções e posições de luta e resistências nos processos coletivamente e socialmente construídos. Essa atitude intenciona a defesa de uma matriz tecnológica com base na agroecologia e que está intrinsecamente relacionada aos objetivos da educação do campo da Escola Florestan Fernandes.



Referências

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Editora Vozes, 2004.

CALDART, R, S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R, S; PEREIRA, I, B; FRIGOTO, P, A, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular, 2012b, p. 257 – 264.

CARVALHO, Horácio Martins. *Na sombra da imaginação (3): O camponês e a superação de um destino medíocre*. Curitiba, agosto de 2010.

_____ (2006). *As classes sociais no campo do Brasil*. Curitiba, Nov, mimeo 48p.

COOPERATIVA MISTA DOS FUMICULTORES DO BRASIL – COOPERFUMOS (Brasil). *Caderno de Estudos: Geração de Melhores Condições de Vida e Sustentabilidade Para Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, 2009.

KOLLING, E, J et al, *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. Coleção por Uma Educação do Campo. nº04. Expressão popular. 2002.

MINAYO, C. Fundamentos, percalços e expansão das abordagens qualitativas. *Investigação qualitativa: inovação, dilemas e desafios*. Aveiro: Ludomedia, v. 3, p. 17-48, 2016.

PINHEIRO MACHADO, L, C; PINHEIRO, MACHADO FILHO, L, C. *A dialética da agroecologia. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: ATLAS, 1987.